

Vidas trans

Das múltiplas violências à construção de laços de reconhecimento

Cristina Herrera é psicanalista, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde integra os grupos de trabalho “Generidades: identidade, gênero e desejo”, “Discussões clínicas” e “A cor do mal-estar: psicanálise e racismo”.

Daniela Danesi é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma deste Departamento. Integra a Comissão de Reparação e Ações Afirmativas e o grupo de trabalho e pesquisa Generidades: Identidade, Gênero e Desejo, ambos do mesmo Departamento.

Fernanda Galvão é psicanalista e aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde integra os grupos de trabalho “Generidades: identidade, gênero e desejo” e “Comunidade de destino – estudos da obra de Sándor Ferenczi”.

Gisela Haddad é psicanalista, mestre em Psicologia e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde integra os grupos de trabalho “Generidades: identidade, gênero e desejo”, o Blog do Departamento, a seção Debate da Revista *Percurso* e “Da gestação à primeira infância”.

Margarida Melhem (Kika) é psicóloga, psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É fundadora e integrante do grupo de trabalho “Generidades: identidade, gênero e desejo” do Departamento de Psicanálise e coordenadora do Ambulatório AGE – Generidades, do Instituto de Psicologia da USP.

Resumo O presente trabalho propõe-se a dar visibilidade não só às discussões e reflexões teórico/clínicas sobre discursos contemporâneos de gênero e suas múltiplas manifestações, mas às particularidades das vidas de pessoas LGBTQ+, seja sobre seu sofrimento, sua relação com a violência, a discriminação e o preconceito ou às invenções criativas de novos modos de viver. Vale ressaltar ainda a importância da construção de laços de solidariedade, pertencimento e reconhecimento que lhes possibilitam a criação de espaços de resistência.

Palavras-chave gênero; transidentidades; interseccionalidade; violência; dispositivos grupais.

Cristina Maria Elena Herrera
Daniela Danesi Magalhães
Fernanda Galvão
Gisela Haddad
Margarida Melhem (Kika)

Desde 2016, o grupo de trabalho e pesquisa “Generidades: identidades, gênero e desejo”, do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, sustenta um espaço de leituras, discussões e reflexões teórico/clínicas sobre discursos contemporâneos de gênero e suas múltiplas manifestações, seja através de trocas com outros campos do saber, nos relatos de atendimentos dessa população, ou nos convites feitos a pessoas LGBTQ+ das mais diversas áreas da cultura, cujas falas e depoimentos nos permitiram acesso às particularidades desse mundo outro, principalmente em sua relação com a violência, a discriminação e o preconceito.

Ainda que nossos aparelhos simbólicos nos auxiliem a dar sentido à nossa experiência humana, tendemos a manter certos conceitos como verdades finais. A identidade, por exemplo, é um tema que, nas últimas três décadas, tornou-se central na vida política, cultural e subjetiva, o que nos convida à análise de um novo cenário. Há atualmente um debate necessário sobre o esgotamento do pensamento identitário cis heteronormativo enquanto forma hegemônica de construção de discursos, performances de gênero e orientação sexual tidas como universais. Debate este que promove aberturas ao apontar que as identidades e suas fronteiras se multiplicam e não confirmam a certeza de ser quem somos ou de nos distinguirmos com clareza de quem e do que não podemos ser. Em nossa clínica temos sido confrontados com o caráter inacabado do processo identificatório, sempre em construção e em trânsito. São identidades fluidas, que buscam inserção social e que desejam ser nomeadas, documentadas, inscritas.

De certa forma, as transidentidades evidenciam o caráter ideológico e político dessa construção, seja questionando o binarismo de

gênero, desnaturalizando os corpos antes reduzidos às identidades fixas, ou denunciando os discursos sociais como instrumentos de poder. Identidades não binárias ou fluidas não são modos de vida, mas de ser, de sentimento de si, ainda que ligados à relação de alteridade constitutiva da subjetividade.

Se o colapso das identidades fixas e binárias pode gerar tentativas de um reinvestimento de velhas identidades – como pudemos comprovar nos discursos do governo anterior –, também contribuiu para o surgimento de outras formas de reconhecimento de enunciação de si e de posicionamento no mundo. Ainda assim, há que se lembrar que a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de aproximadamente 35 anos, sendo a maioria dessas mortes de pessoas trans negras. É de fato assustador que o Brasil ocupe o primeiro lugar no ranking desses assassinatos por 12 anos consecutivos.

Nosso grupo tem se posicionado não só para afirmar a existência de pessoas trans, mas em reflexões sobre as questões vividas diariamente por essa população, ligadas à garantia de direitos, cidadania ou criação de políticas públicas. Há que se mencionar a importância da interseccionalidade¹, um conceito fundamental não só para compreender como diferentes formas de opressão e exclusão se inter-relacionam, mas evidenciar que a experiência de uma pessoa não pode ser reduzida a um único marcador de raça, gênero, orientação sexual ou classe social, e sim pela combinação de múltiplos fatores que influenciam sua vida.

Nesse sentido, a reformulação das distinções entre normalidade e patologia é fundamental para promover uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero, reconhecendo a diversidade como um valor e não como uma ameaça. Seria importante se a sociedade como um todo pudesse participar de um diálogo aberto sobre gênero e sexualidade, desafiando os estigmas e preconceitos que sustentam a violência e a exclusão. Sabemos como as pessoas trans enfrentam desafios sociais e econômicos devido ao preconceito e à discriminação, e que tal marginalização não só dificulta o acesso à educação, a empregos e



*nosso grupo tem se posicionado
não só para afirmar a existência
de pessoas trans, mas em reflexões
sobre as questões vividas
diariamente por essa população,*

aos serviços de saúde – que mantém a constante insegurança socioeconômica – como perpetua a violência física e psicológica da qual são vítimas. Torna-se urgente, portanto, que se promova a inclusão e a proteção de seus direitos. Por serem sujeitos cujos corpos e desejos não se enquadram na cis heteronormatividade – à diferença de outros grupos vulnerabilizados –, uma parcela significativa da comunidade trans traz marcas de violências sofridas em suas próprias famílias de origem, que se perpetuam vida afora, e impõem o desafio de se construir, em contextos sempre adversos, maneiras de estar no mundo. Se há avanços em seus direitos, estes em geral provocam um recrudescimento de preconceitos e reações contrárias.

Se o reconhecimento social acontece pela construção de laços de solidariedade, identificação e busca de pertencimento, para a população trans isso acontece muitas vezes fora da família de origem. Assim, pipocam casas de acolhimento, residências coletivas e gratuitas organizadas por ativistas e mantidas pelos próprios moradores ou por financiamentos coletivos, etc.

O livro autobiográfico *O parque das irmãs magníficas*², da escritora argentina trans Camila Sosa Villada, ainda que tenha sido escrito com o sangue das violências que sofreu desde sua infância, traz um registro da importância da sororidade trans, ao descrever os espaços comuns de cuidado, ou a figura de Tia Encarna, a “mãe” sem laços sanguíneos, que funciona como uma rede de segurança, acolhimento e respeito.

No documentário *Paris is burning*³, filmado na NY dos anos 1980, é possível conhecer a formação de famílias alternativas de população trans em torno da realização de bailes em que se premiavam as



*ainda que o tema identidade
ocupe atualmente esse
lugar central de luta política,
há reservas em aceitar essa discussão
no movimento psicanalítico*

melhores performances. Para além da espetacularização, percebe-se ali uma cultura de afeto e cuidado com jovens queer, principalmente negros e latinos que, rejeitados por suas famílias biológicas, podiam ser acolhidos em um sistema de casas em que recebiam uma mãe e um sobrenome. Nos últimos 25 anos, o *voguing*⁴ se desenvolveu, transformando-se na cultura *ballroom* – espaço de expressão pessoal, proteção, acolhimento, fortalecimento de identidade de gêneros, moda, arte, dança e cultura, difundido em diversas partes do globo, inclusive no Brasil. O isolamento provocado pela COVID fortaleceu, por meio da internet, os elos entre as pessoas e as famílias do vogue, reforçando as relações de acolhimento e pertencimento, o que foi determinante para a disseminação dessa cultura mundo afora.

Além da cultura *ballroom*, há no Brasil alguns espaços que buscam garantir segurança e

dignidade a essa população, como a Casa Aurora em Salvador, a Casa Miga em Manaus, o Centro mais liberdade em Cuiabá, a Casa Resistências no Rio de Janeiro, a Casa I e a Florescer em São Paulo.

Ainda dentro das experiências brasileiras de acolhimento e pertencimento, é interessante apontar o uso da linguagem *Pajubá*⁵, dialeto que mescla o português informal e línguas africanas, e que além de ser um repertório vocabular e performativo da comunidade LGBTQIAP+, é uma ferramenta de resistência e um código de segurança que contribui para os laços de pertencimento e reconhecimento dessa população.

São movimentos que oferecem alternativas ao lugar passivo ou vitimizador, ao possibilitar a criação de lugares de resistência, de invenção de si e transformação social. Atualmente pode-se perceber uma maior ocupação de espaços sociais pelos sujeitos trans, muitos em universidades ou em cargos públicos, o que promove uma abertura cada vez maior para a multiplicidade de trajetórias de constituição de subjetividades, corpos e desejos não binários.

Mas ainda que o tema identidade ocupe atualmente esse lugar central de luta política, há reservas em aceitar essa discussão no movimento psicanalítico. Nesse sentido, temos nos alinhado a autores para os quais a pretensa universalidade de nossas teorias escamoteia as relações de poder e os diferentes contextos sociais que designam certos corpos, desejos, gêneros e etnias como padrão de inteligibilidade e humanidade às custas da exclusão de tantos outros.

Dentre esses autores podemos destacar Tania Rivera⁶, que ao retomar o texto freudiano *Totem e tabu* aponta que o pacto social construído ali e descrito como universal acaba por excluir as mulheres colocadas no mito enquanto moeda de troca ou, segundo a autora, “como objeto de gozo na situação inicial”⁷.

Rivera nos ajuda a pensar que o pretensamente considerado um pacto coletivo baseia-se, no entanto, na exclusão de muitos. Segundo suas palavras,

1 O termo “interseccionalidade”, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), oferece uma análise mais abrangente das desigualdades sociais, das diferentes identidades e formas de opressão – raça, gênero, classe social e sexualidade – que se entrelaçam e afetam a vida das pessoas de maneiras únicas. Ver H. Hirata, “Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>.

2 C. Sosa Villada, *O parque das irmãs magníficas*.

3 *Paris is burning* (1990) é um documentário dirigido por Jennie Livingston sobre a cena *ballroom* na Nova York dos anos 1980, e as vidas, desafios e sonhos da comunidade LGBTQIA+ que participa de competições de moda e dança. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nl7EhpY2yaA>>.

4 *Voguing* é uma forma de arte utilizada para descrever a resistência/empoderamento da comunidade LGBTQIA+, e a dança *sui generis* da cena *ballroom* com seus movimentos fluidos e poses dramáticas.

5 A.P.L. Brancaloni; D. Kupermann, “‘no ar’ e nas ruas: *Pajubá* e humor entre travestis do interior de São Paulo”, *Psicologia Clínica*, v. 33.

6 T. Rivera, “a favor da identidade (e contra a enunciação ‘neutra’ da teoria)”, in *Psicanálise antropológica (identidade, gênero, arte)*.

7 T. Rivera, *op. cit.*, p. 23.

em uma sociedade em que o pacto social exclui grande parte de seus integrantes da possibilidade de acederem à partilha, em um contexto em que as posições do eu e do outro se embaralham para que se escondam as diferenças historicamente constituídas entre opressores e oprimidos, a identidade está, paradoxalmente, a serviço da alteridade⁸.

Assim, os “problemas de gênero”, para além de sua epistemologia, precisam ser percebidos também pelo acesso às condições que permitam a existência de um corpo no mundo, o que nos impõe uma obrigação ética de repúdio a toda e qualquer violência que impeça o reconhecimento das vidas trans. Se o gênero é uma construção social definida historicamente, e não por natureza, que precede e define o sexo, também é plural e pode ser duplo, como masculino-feminino.

Laplanche tem sido referência importante ao nos lembrar que a função da metapsicologia é fazer a psicanálise trabalhar, que a teoria deve ser estudada e ampliada para servir a uma clínica em constante movimento, dando espaço para o surgimento de novos aportes teóricos, seja na constituição psíquica dos sujeitos ou às tentativas de problematizar as questões de gênero, tão caras à psicanálise na atualidade⁹. Nesse sentido, as construções culturais e históricas moldam a forma como compreendemos e interpretamos as experiências humanas, especialmente no que diz respeito à identidade de gênero e às relações familiares. A narrativa edípica, organizada a partir de teorias sexuais infantis decorrentes da percepção das diferenças sexuais anatômicas, foi uma tradução possível na modernidade¹⁰. Isso permite que consideremos outras narrativas que desafiem a hegemonia de interpretações tradicionais, promovendo uma visão mais inclusiva e representativa das diferentes identidades e vivências que compõem a sociedade contemporânea.

Se toda teoria é sempre uma aproximação temporal e provisória da realidade, de certa forma a teoria psicanalítica ainda se encontra inscrita em um tempo histórico que carrega uma herança heteronormativa, marcada pelo binarismo da masculinidade e feminilidade, cuja comunidade



a hibridez pode também ser um método transdisciplinar ou uma estratégia crítica, ao apontar a confusão dos limites e assumir a responsabilidade de construí-los novamente.

é predominantemente composta por pessoas brancas. Nosso grupo tem se alinhado a uma psicanálise em marcha no Brasil, que sai dos consultórios, ocupa espaços públicos e se mistura com o mundo.

Para Ayouch¹¹, a psicanálise desde sua origem é atravessada pela hibridez, ao manter um relacionamento constante com outros campos de estudo. A hibridez pode também ser um método transdisciplinar ou uma estratégia crítica, ao apontar a confusão dos limites e assumir a responsabilidade de construí-los novamente. Se a psicanálise, por definição, posiciona-se como o avesso da razão, e na sua escuta se propõe a desconstruir esse imaginário, há que se fazer um trabalho de arqueologia de seus próprios conceitos.

Para ilustrar as particularidades da escuta clínica de pacientes trans, assim como as especificidades de suas vivências, apresentaremos a seguir fragmentos de uma sessão de um grupo do AGE (Ambulatório Generidades), vinculado à clínica social do Instituto de Psicologia da USP, cuja finalidade é oferecer um serviço de atendimento psicanalítico gratuito a pacientes LGBTQIAP+.

A sessão transcrita abaixo foi realizada em maio de 2023. Nela estão presentes Natasha, Maria e Julia – nomes fictícios – três das integrantes de um grupo existente desde 2020.

Natasha, mulher trans negra, que recentemente realizou um implante de seios e está passando seu pós-operatório em casa, diz: “Eu não sei sentir afetos... discriminar relações afetivas de relações exploratórias. Estou com muita dificuldade em encontrar amigos ou familiares que topem ficar uns dias comigo para ajudar na minha rotina e nos cuidados básicos de higiene. Uma



Natasha, ao lembrar as reações de seus familiares quando se assumiu transexual, diz: “A verdade é que as relações de afeto não existem. São marcadas por violência e exploração”.

amiga do trabalho ficou dois dias, mas passou o tempo todo vendo tv ou olhando o celular. Se eu pedisse algo, fazia com má vontade. Quando pedi a ela que escovasse meus cabelos que estavam embaraçados, jogou a escova no meu colo. Também meu ex-namorado, que veio ficar comigo, mal me olhava. Preferi ficar sozinha, mas está difícil. Só agora me dou conta do círculo social que me rodeia. Minha mãe tem me ligado, diz estar preocupada, mas nem sei se acredito. A única vez em que estive em minha casa comentou que eu estava rica. Disse a ela que se fosse para fazer esse tipo de comentário, não viesse mais”.

Maria, mulher trans branca, que após sua transição separou-se de sua mulher, comenta: “Minha sensação é a de que a gente começa a perder as pessoas em vida. Eu tenho muito medo de ficar sozinha. Desde que me separei, toda a família da minha ex-mulher, que sempre me acolheu, me ignora”.

Natasha, ao lembrar as reações de seus familiares quando se assumiu transexual, diz: “A verdade é que as relações de afeto não existem. São marcadas por violência e exploração”.

São pacientes que no seio de suas famílias e círculos sociais próximos sentem-se abandonadas. Atravessadas pelos discursos de intolerância, convivem com um desamparo simbólico ao não serem escutadas, acolhidas, reconhecidas, ou se reconhecerem em suas histórias familiares e sociais. Ao contrário, enfrentam vergonha, medo,

intolerância e desprezo social. Daí a importância de suas experiências em seu micro entorno social em que podem ser acolhidas e reconhecidas.

Uma das tentativas contemporâneas de construção de um repertório simbólico que nomeie e, portanto, sustente possibilidades de existência e reconhecimento de sujeitos que não se identificam com o binarismo masculino/feminino é o uso da linguagem neutra. Outro exemplo que podemos citar é a mudança do nome designado ao nascer (que passa a ser o nome morto) para o uso do nome social.

Voltemos à sessão:

Maria diz: “Fui ameaçada e espancada pelo meu ex-cunhado (marido da irmã de sua ex-mulher) e nada aconteceu. O violento foi ele, não eu! Desde que me separei dela, toda a sua família não só parou de falar comigo, como passam pano para ele!”

Julia comenta: “Eu acho que os laços afetivos deveriam ser testados. É preciso dar alguma merda para a gente saber quem realmente está do nosso lado. Por exemplo a sua mãe, Natasha. Você acha que ela é interesseira, mas ela tem te ligado para saber como você está. Isso me parece um comportamento um pouco ambíguo. Parece que ela está tentando mudar”.

Natasha diz: “Ela está transitando entre ser uma mãe boa e má”.

Julia: “Eu sinto que meus pais nunca vão aceitar minha condição trans, mas sempre vão me ajudar. É conflitante! As pessoas que mais me ajudam são também as que mais me ferem por não entender a minha existência”.

Natasha: “Minha família aceitou minha transição, menos o meu pai. Tive que ouvir essa frase horrível de meu pai quando viu minha foto de mulher: Prefiro um filho bandido a uma filha transexual!”.

Percebe-se a forte resistência dessas famílias em aceitarem formas de existência fora do sistema patriarcal cis heteronormativo, o que faz com que o “transicionar” seja uma opção solitária, cujo impacto afeta tanto quem passa por esse processo, quanto as suas famílias. A transição é, portanto, um processo para ambas.

8 T. Rivera, *op. cit.*, p. 26.

9 J. Laplanche, “O gênero, o sexo e o sexual”, in *Sexual: sexualidade ampliada no sentido freudiano*.

10 J. Laplanche, “El psicoanálisis: mitos e teoría”, in *Entre seducción e inspiración: el hombre*.

11 T. Ayouch, *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade, subjetivações*.

Por outro lado, ainda que essas pacientes tenham em comum a experiência da “transição”, cada uma constrói sua história, com suas particularidades, e assim as trocas que estabelecem em suas semelhanças ou diferenças tornam o grupo terapêutico potente.

Maria completa: “A gente se assemelha de saída, e isso faz a gente não se sentir sozinha. Depois aparecem as diferenças”.

Natasha acrescenta: “Sinto que aqui vamos acessando nossas caixas de pandora, e isso é muito difícil”.

O grupo se encerra com comentários das três participantes sobre sua relevância.

O atendimento a pessoas trans tem nos possibilitado não só acompanhar outras formas de configuração nos modos de sexuação, aliança e filiação, como acolher os efeitos da violência a que essa população está sujeita, seja nos grupos familiares, no trabalho, ou nos diversos espaços sociais em que transitam. Tanto nos espaços terapêuticos quanto nos grupos de apoio espera-se ser possível

a construção de novas narrativas de si, que fujam aos esquemas normativos e tradicionais das famílias. Esse acolhimento e a possibilidade de compartilhar suas experiências apostam, portanto, na construção de novos recursos, que possam compensar o desamparo familiar/social/discursivo. Um movimento de fazer laço pela solidariedade, pelo reconhecimento dos afetos, que possibilite dar destaque ao que lhe é próprio, à sua singularidade e à construção de sua história. Um trabalho que envolve um reconhecimento fraterno, de testemunho das violências e seus efeitos.

Este texto nem foi escrito por pessoas LGBTQIAP+, nem pretende um entendimento teórico-clínico que elucide suas experiências. Deseja, outrossim, reafirmar a ética da psicanálise que aponta para a escuta da singularidade dos sujeitos que nos procuram, sejam eles cis, trans, hetero, homo, pretos, brancos, indígenas. Aposta, portanto, na tarefa de elaborar ferramentas teóricas e simbólicas para a escuta de novas formas de existência e assim, legitimá-las.

Referências bibliográficas

- Ayouch T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade, subjetivações*. Curitiba: Calligraphie.
- Brancaleoni A. P. L.; Kupermann D. (2021). “No ar” e nas ruas: Pajubá e humor entre travestis do interior de São Paulo. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v. 33, p. 57-77. Disponível em: <<https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n01A03>>.
- Hirata H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>.
- Laplanche J. (2001). *Entre seducción e inspiración: el hombre*. Buenos Aires: Amorrotu.
- _____. (2015). *Sexual: sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre: Dublinense.
- Livingston J. (1990). *Paris is burning*. Off White Productions Inc. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nI7EhpY2yaA>>.
- Rivera T. (2020). *Psicanálise antropológica*. Porto Alegre: Artes & Ecos.
- Villada C.S. (2021). *O parque das irmãs magníficas*. São Paulo: Tusquets.

Trans lives: from multiple forms of violence to the construction of bonds of recognition

Abstract This paper aims to bring visibility not only to the theoretical/clinical discussions and reflections on contemporary gender discourses and their multiple manifestations, but also to the particularities of the lives of LGBTQ+ people, whether concerning their suffering, their relationship with violence, discrimination, and prejudice, or their creative inventions of new ways of living. It is also important to emphasize the construction of bonds of solidarity, belonging, and recognition, which enable the creation of spaces of resistance.

Keywords gender; trans identities; intersectionality; violence; group devices.

Texto recebido: 02/2025.

Aprovado: 04/2025.